CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027

Entre as partes, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, BARES, RESTAURANTES, HOTÉIS, MOTÉIS, LANCHONETES, APART-HOTÉIS E FAST-FOOD DE PIRACICABA E REGIÃO**, CNPJ 56.987.910/0001-64, com sede na Rua XV de novembro, 642, Centro, em Piracicaba/SP., Cep: 13.400-370, com base territorial abrangendo os municípios de: Águas de São Pedro, Americana, Cosmópolis, Charqueada, Divinolândia, Itobi, Ipeúna, Leme, Piracicaba, Porto Ferreira, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Tambaú, Tapiratiba, e Vargem Grande do Sul, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Francisco de Assis Dantas, RG nº 10.300.461-0 e CPF nº 776.114.628-49, assessorado pelo Dr. Valdir Aparecido Cataldi, OAB/SP nº 93.799 – RG nº 12.651.995 e CPF nº 028.020.118-47, e do outro lado o **SINDICATO DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE PIRACICABA E REGIÃO**, CNPJ Nº 62.478.748/0001-51, com sede na Av. Professor Bendito de Andrade, 720, Unileste, em Piracicaba/SP., Cep: 13.422-000, com base territorial abrangendo os municípios de: Águas de São Pedro, Charqueada, Ipeúna, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Sr. Arnaldo Benedicto Azzali Junior, RG nº 9.473.941 e CPF nº 123.203.818-05, assessorado pela Dra. Ilda Helena Duarte Rodrigues, OAB/SP 70.148.

FRANCISCO DE ASSIS DANTAS
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Hotéis, Motéis, Lanchonetes, Apart-Hotéis e Fast-Food

ARNALDO BENEDICTO AZZALI JUNIOR
Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Piracicaba e Região

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, BARES, RESTAURANTES, HOTÉIS, LANCHONETES, APART-HOTÉIS E FAST-FOOD DE PIRACICABA E REGIÃO, CNPJ nº 56.987.910/0001-64, neste ato representado pelo seu Presidente, FRANCISCO DE ASSIS DANTAS; e **SINDICATO DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE PIRACICABA E REGIÃO**, CNPJ nº 62.478.748/0001-51, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ARNALDO BENEDICTO AZZALI JUNIOR; celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE - As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027 e a data-base da categoria em 01 de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA - A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Hotéis, Motéis, Lanchonetes, Apart-Hotéis, Fast-Food e Similares, com abrangência territorial em Águas de São Pedro/SP, Charqueada/SP, Ipeúna/SP, Piracicaba/SP, Rio das Pedras/SP, Saltinho/SP, Santa Gertrudes/SP, Santa Maria da Serra/SP e São Pedro/SP.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL – REPIS – Com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, as entidades sindicais convenentes instituem o Regime Especial de Piso Salarial – REPIS, destinado exclusivamente às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), regularmente enquadradas nos termos da legislação vigente, visando à aplicação de pisos salariais diferenciados previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

§ 1º O enquadramento no REPIS dependerá da obtenção de Certificado de Adesão expedido pelas entidades sindicais, mediante comprovação documental do enquadramento da empresa como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), bem como do cumprimento de todos os requisitos estabelecidos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

§ 2º Ficam expressamente excluídas do REPIS as sociedades empresárias que não se enquadrem como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), especialmente as empresas de médio e grande porte, ainda que possuam faturamento reduzido em determinado exercício ou que preencham quaisquer outros requisitos previstos nesta Convenção Coletiva.

§ 3º A constatação, a qualquer tempo, de desenquadramento da empresa das condições previstas na Lei Complementar nº 123/2006 acarretará a imediata perda dos benefícios do REPIS, com aplicação retroativa dos pisos salariais normativos da categoria, sem prejuízo das diferenças salariais, reflexos legais e convencionais, multas normativas e demais cominações cabíveis.

§ 4º A apresentação de informações inexatas, omissão de dados ou qualquer forma de fraude destinada à obtenção ou manutenção do Certificado de Adesão implicará o cancelamento imediato do benefício, sem prejuízo das medidas administrativas, judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§ 5º O Certificado de Adesão ao REPIS terá validade exclusivamente durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, podendo ser revogado a qualquer momento caso seja constatado o descumprimento dos requisitos convencionais ou legais para sua concessão.

Parágrafo Único: Para adesão ao REPIS, Somente as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), regularmente enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, poderão requerer a expedição do CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS através de encaminhamento de formulário a sua entidade PATRONAL representativa, cujo modelo será fornecido por esta, devendo estar assinada por sócio e também pelo contabilista responsável cumprindo todos os requisitos exigidos pela CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA e seus parágrafos.

CLÁUSULA QUARTA - PISO SALARIAL – A partir de 01/08/2026, todos os trabalhadores da categoria, em empresas que se enquadram, mas não optarem pelo Regime Especial de Piso Salarial (REPIS), terão um reajuste salarial de 5,10% (cinco vírgula dez por cento) que será aplicado aos pisos e salárioss, portanto o piso salarial da categoria a partir de 01/08/2026, fica fixado em R$ 2.377,45 (dois mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com até 45.000 habitantes, e R$ 2.466,15 (dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quinze centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com mais de 45.000 habitantes.

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores que ganham salários superiores ao piso salarial da categoria, terão um reajuste salarial da ordem de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), a partir de 01/08/2026

Parágrafo Segundo: Aos empregados admitidos a partir de 01/08/2025 até 31/07/2026 o reajuste será na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, a partir da data de admissão.

Parágrafo Terceiro: Tal reajuste será admitido desde que o valor não ultrapasse o salário do funcionário que exerce a mesma função.

Parágrafo Quarto: Com o reajuste previsto na cláusula quarta desta, ficam compensados automaticamente todos os aumentos, antecipações e abonos espontâneos ou compulsórios concedidos pela empresa durante o período de 01/08/2025 a 31/07/2026, salvo os decorrentes de promoções, transferências, equiparação e implemento de idade.

CLÁUSULA QUINTA - ADMISSÃO APÓS DATA BASE - Será garantido aos empregados admitidos após 01/08/2026, o piso salarial da categoria, de acordo com a opção pela empresa, em aderir ou não ao REPIS.

CLÁUSULA SEXTA - PISO PARA TRABALHADOR QUALIFICADO - O piso para os trabalhadores que exercem função qualificada, em empresas que se enquadram, mas não optarem pelo Regime Especial de Piso Salarial (REPIS) a partir de 01/08/2026, fica fixado em R$ 3.091,49 (três mil e noventa e um reais e quarenta e nove centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com até 45.000 habitantes, e R$ 3.205,02 (três mil duzentos e cinco reais e dois centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com mais de 45.000 habitantes.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por trabalhadores qualificados aqueles que se enquadram nas seguintes funções: gerente, pizzaiolo, cozinheiro, Sushiman, churrasqueiro, governanta, nutricionista, barman, maitrehotel.

Parágrafo Segundo: Faz jus ao piso qualificado o trabalhador que comprovar a qualificação mediante certificado de curso profissionalizante ou ter mais de um ano de registro em carteira profissional na mesma função.

Parágrafo Terceiro: Aos trabalhadores qualificados que ganham acima do piso e recebiam o adicional de função, anteriormente a 01/08/2016, fica garantido, além do adicional, o mesmo aumento fixado no parágrafo primeiro da cláusula quarta desta CCT.

CLÁUSULA SÉTIMA - PISO DO ENTREGADOR - O piso para os entregadores de alimentação preparada, que trabalham em empresas que se enquadram, mas não optarem pelo Regime Especial de Piso Salarial (REPIS), que se utilizam de qualquer meio de transporte, motorizados ou não, seja ele próprio ou fornecido pelo empregador, a partir de 01/08/2026, fica estabelecido em R$ 2.835,57 (dois mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Parágrafo Único: Os entregadores admitidos anteriormente a 01/08/2016, continuarão recebendo o adicional de função qualificada no importe de 30% (trinta por cento) sobre o piso salarial da categoria, de acordo com a opção da empresa em aderir ou não ao REPIS.

CLÁUSULA OITAVA - PISO SALARIAL PARA REGIME ESPECIAL – REPIS - A partir de 01 de agosto de 2026, todos os trabalhadores da categoria, que trabalham em empresas que se enquadrarem no Regime

Especial de piso Salarial (REPIS), terão um reajuste salarial de 5,10% (cinco vírgula dez por cento) que será aplicado aos pisos e salários, portanto a partir de 01 de agosto de 2026 o piso salarial, para os trabalhadores nas empresas que se enquadrarem no Regime Especial de Piso Salarial (REPIS), passa a ser R$ 1.973,14 (um mil novecentos e setenta e três reais e quatorze centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com até 45.000 habitantes, e R$ 2.046,57, (dois mil e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com mais de 45.000 habitantes.

Parágrafo Único: Os trabalhadores que ganham salários superiores ao piso salarial da categoria e trabalham em empresas que aderirem ao REPIS terão um reajuste salarial da ordem de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), a partir de 01/08/2026.

CLÁUSULA NONA - PISO SALARIAL – REPIS – PARA OS TRABALHADORES QUALIFICADOS - O piso para os trabalhadores que exercem função qualificada, em empresas que se enquadrarem no Regime Especial de Piso Salarial (REPIS), a partir de 01/08/2026, fica fixado em R$ 2.565,19 (dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com até 45.000 habitantes, e R$ 2.660,50 (dois mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta centavos) para os trabalhadores em empresas localizadas nas cidades com mais de 45.000 habitantes.

Parágrafo Único: Aos trabalhadores qualificados que ganham acima do piso e recebiam o adicional de função, anteriormente a 01/08/2016, cuja empresa enquadrar no REPIS, fica garantido, além do adicional, o mesmo aumento fixado no parágrafo único da cláusula oitava desta CCT.

CLÁUSULA DÉCIMA - PISO SALARIAL – REPIS – PARA O ENTREGADOR - O piso para os entregadores de alimentação preparada, que trabalham em empresas que se enquadrarem no Regime Especial de piso Salarial, (REPIS), que se utilizam de qualquer meio de transporte, motorizados ou não, seja ele próprio ou fornecido pelo empregador, a partir de 01/08/2026, fica estabelecido em R$ 2.353,07 (dois mil trezentos e cinquenta e três reais e sete centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NORMAS DO REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL (REPIS) - O REPIS é um benefício instituído pelo sindicato patronal e profissional a fim de estabelecer salários diferenciados para as empresas com direito à esse benefício e passará a viger da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – Para adesão ao REPIS, as empresas deverão requerer a expedição de CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS através do encaminhamento de formulário à sua entidade patronal

representativa, cujo modelo será fornecido por esta, devendo estar assinado pelo sócio da empresa e também pelo contabilista responsável e conter as seguintes informações:

a) Razão Social; nome fantasia, CNPJ; número de inscrição no registro de empresas – NIRE; capital social registrado na JUCESP; código nacional de atividades econômicas – CNAE; endereço completo; telefone; e- mail e identificação do sócio da empresa e do contabilista responsável; relação nominal dos empregados, especificando a função;

b) Compromisso de cumprimento integral, obedecendo todas as cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho, e comprovação da convenção anterior.

Parágrafo segundo: As entidades sindicais profissional e patronal, após constatarem o cumprimento dos pré-requisitos previstos nos parágrafos acima, inclusive aqueles relacionados às taxas devidas, deverão fornecer às empresas solicitantes, o CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo terceiro: A falsidade de declaração, uma vez constatada, ocasionará a EXCLUSÃO da empresa do REPIS, sendo imputada à empresa requerente a obrigação de pagar eventuais diferenças salariais existentes, além de ficar sujeita também às sanções cíveis, criminais e trabalhistas cabíveis.

Parágrafo quarto: Se ficar constatado que a empresa optante pelo REPIS deixou de cumprir os requisitos após o recebimento do certificado, ou, deixou de pagar as taxas devidas, ela será notificada para regularizar sua situação no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da notificação sob pena de ser EXCLUÍDA do REPIS e o seu certificado perder a validade.

Parágrafo quinto: A decisão de EXCLUSÃO e de INVALIDADE do certificado emitido será tomada em conjunto pelos dois sindicatos e a empresa excluída será notificada da exclusão no prazo de 10 (dez) dias da tomada da decisão.

Parágrafo sexto: Atendidos todos os requisitos, as empresas receberão da entidade sindical patronal correspondente, com validade coincidente com a da presente norma coletiva, o certificado de enquadramento no Regime Especial de Piso Salarial – CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, que lhes facultará, a partir de 01/08/2026 até 31/07/2027, a prática de pisos salariais diferenciados.

Parágrafo sétimo: Fica facultado às empresas da região que pretenderem se enquadrar no REPIS encaminhar o requerimento e os respectivos documentos para o e-mail do sindicato patronal; sinhores.piracicaba@hotmail.com

Parágrafo oitavo: No ato das homologações de rescisão de contrato de trabalho no sindicato profissional, ficam as empresas optantes pelo REPIS obrigadas a demonstrarem o devido enquadramento no REPIS por meio de apresentação do certificado vigente, sob pena de ficarem obrigadas a pagarem as respectivas diferenças salariais existentes.

Parágrafo nono: Os sindicatos poderão a qualquer tempo notificar as empresas que tiverem se beneficiado do REPIS para apresentarem o seu certificado de adesão, o preenchimento dos seus requisitos e os comprovantes de pagamentos das taxas.

Parágrafo décimo: A comprovação perante a justiça do trabalho de adesão ao REPIS também deverá ser feita com a apresentação do CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS.

Parágrafo décimo primeiro: DAS PENALIDADES – A empresa que não possuir CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, mas praticar piso de menor valor, estará sujeita a fiscalização e ação judicial, para imediato pagamento das diferenças salariais.

Parágrafo décimo segundo: As empresas que preencherem os requisitos desta cláusula ficam autorizadas a praticar os valores salariais do REPIS já a partir de 01/08/2026, devendo, para tanto, protocolarem o requerimento de adesão no sindicato patronal no prazo de 30 dias.

Parágrafo décimo terceiro: PRAZO PARA REQUERER OU RENOVAR O REPIS: Independentemente de já possuir o Certificado válido, todas as empresas que desejarem aderir ao REPIS-2026/2027, deverão requerer a renovação/adesão ao REPIS dentro do prazo de 30 dias, exceto para as novas empresas e para aquelas que até a data do protocolo do requerimento estejam exercendo suas atividades sem empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PISOS SALARIAIS DOS TRABALHADORES DE EMPRESAS MÉDIA E DE GRANDE PORTE - Para os trabalhadores em empresas Média e de Grande porte, ficam estabelecidos, a partir de 01/08/2026, os seguintes pisos salariais: para os trabalhadores em geral, R$ 2.010,00 (dois mil e dez reais) nas empresas localizadas em municípios com até 45.000 habitantes e R$ 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais) nas empresas localizadas em municípios com mais de 45.000 habitantes.

Parágrafo Primeiro: Para os trabalhadores que exerçam funções qualificadas, o piso salarial será de R$ 2.613,50 (dois mil seiscentos e treze reais e cinquenta centavos) nas empresas localizadas em municípios com até 45.000 habitantes e de R$ 2.711,00 (dois mil setecentos e onze reais) nas empresas localizadas em municípios com mais de 45.000 habitantes.

Parágrafo Segundo: Para os trabalhadores que exerçam a função de entregador, o piso salarial será de R$ 2.397,50 (dois mil trezentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Terceiro: Para os trabalhadores que recebem salário superior aos constantes dos parágrafos anteriores, fica estabelecido o reajuste de 5.10% (cinco ponto dez por cento) a partir de 01/08/2026.

Parágrafo Quarto: As empresas deverão requerer o certificado de enquadramento junto ao Sindicato Patronal, para aplicação dos pisos salariais constante nessa cláusula, sob pena de pagamento de um piso salarial de R$ 3.000,00 (três mil reais), e vale alimentação no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais). O prazo para o requerimento de emissão do certificado de enquadramento será de 30 (trinta) dias a partir da assinatura desta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADIANTAMENTO SALARIAL - As empresas fornecerão adiantamento salarial de 30% (trinta por cento) do salário do empregado todo dia 20 (vinte) de cada mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ATRASO DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO - O empregador fica obrigado a pagar aos empregados a remuneração mensal até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, sendo certo que a inobservância desse prazo acarretará ao empregador o pagamento de uma multa em favor do empregado, correspondente a 1/30 (um trinta avos) da remuneração devida por dia de atraso.

Parágrafo Único: Incidirá na mesma multa (1/30 avos), o empregador que atrasar ou não pagar o 13º salário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO - Os empregadores fornecerão aos empregados comprovantes de pagamento, com a correta discriminação das importâncias pagas a qualquer título, inclusive horas extras, adicionais e remunerações de trabalho nos dias de descanso obrigatório, descontos efetuados e depósitos do FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUTO - Ao empregado chamado para substituir outro com salário superior, será garantido igual salário ao substituído enquanto durar a substituição, sem considerar as vantagens pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUEBRA-DE-CAIXA - Fica assegurada ao empregado que exercer a função de caixa, mesmo por um dia, uma gratificação adicional de R$ 102,18 (cento e dois reais e dezoito centavos), para suprir eventual falta de caixa.

Parágrafo Único: O fechamento do caixa somente se procederá na presença do responsável pelo período e, na sua ausência, por outro empregado por ele expressamente indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MODALIDADES DE GORJETAS ATENDENDO A LEI 13.419/03/2017

As partes reconhecem que o dispositivo legal mencionado sugere a existência de dois tipos de gorjetas, quais sejam:

a) ESPONTÂNEA; b) COMPULSÓRIA, também conhecidas como Taxas de Serviços, cobradas como adicionais das contas de despesas dos clientes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GORJETAS ESPONTÂNEAS - As gorjetas serão consideradas espontâneas sempre que não forem incluídas ou mesmo discriminadas, seja de forma mecânica ou manual nas notas de despesas ou pré-contas entregues aos clientes da empresa.

Parágrafo Primeiro: Nessa modalidade, o rateio das gorjetas é de responsabilidade dos próprios trabalhadores, que se encarregam, se assim entenderem, de promover entre eles a divisão de todo o montante arrecadado junto aos clientes do estabelecimento.

Parágrafo segundo: A divisão mencionada no parágrafo anterior poderá ser feita pelo conhecido sistema de "caixinha", ressalvando-se sempre o direito individual de quem dela não queira participar.

Parágrafo Terceiro: O chamado repique, que é o valor pago de livre vontade pelo cliente além dos valores das despesas e gorjetas descritas nas pré-contas, quando pago em cheques ou cartão de débito/crédito, será recolhido ao caixa da empresa e distribuído em holerites, como se gorjeta compulsória fosse, após as deduções legalmente permitidas, entre o próprio empregado que recebeu e os demais empregados do estabelecimento.

Parágrafo Quarto: O repique, quando pago em dinheiro, diretamente pelos clientes, poderá ser retido pelo empregado, sem obrigação de repasse ao caixa da empresa. Nessa hipótese, o repique em dinheiro não poderá refletir na remuneração do empregado para fins de cálculo dos direitos trabalhistas, posto que o que não é contabilizado não pode ser conhecido pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - GORJETAS COMPULSÓRIAS - Na modalidade de gorjetas compulsórias (taxa de serviço), estas deverão ser afixadas nas contas de despesas ou pré-contas entregues aos clientes, seja de forma mecânica ou manual.

Parágrafo Primeiro: O valor da taxa de serviço ou da gorjeta sugerida será de no mínimo 10% (dez por cento), calculado sobre o total bruto das despesas feitas pelos clientes do estabelecimento da empresa, sendo que a importância respectiva deverá constar destacada e devidamente identificada nas pré-contas

entregues aos consumidores. O valor efetivamente concedido será veiculado no cupom fiscal sob a rubrica "GORJETA", "TAXA DE SERVIÇO" ou "GORJETA CONCEDIDA".

Parágrafo Segundo: Apesar da nomenclatura do regime ("GORJETAS COMPULSÓRIAS"), fica desde já certo e ajustado que os clientes que não desejarem pagar o valor discriminado nas pré-contas não serão obrigados a fazê-lo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RATEIO DA TAXA DE SERVIÇOS OU GORJETA - O rateio do montante mensal arrecadado a título de Taxa de Serviços ou gorjeta sugerida ostensivamente será feito da seguinte forma:

Nas empresas sujeitas ao regime de tributação pelo Lucro Presumido ou Real:

a) 67% (sessenta e sete por cento) para os empregados participantes do rateio, figurando as importâncias correspondentes nos comprovantes de pagamentos/holerites e anotado na CTPS nos termos do art. 457 da CLT, sendo que a distribuição prevista neste item não exime o pagamento do salário fixo pactuado e devido aos empregados.

b) 33% (trinta e três por cento) ficarão retidos pela empresa, que serão destinados à cobertura de parte dos encargos sociais e previdenciários incidentes sobre os valores devidos em folha de pagamento.

Nas empresas enquadradas no regime SIMPLES NACIONAL:

a) 80% (oitenta por cento) para os empregados participantes do rateio, figurando as importâncias correspondentes nos comprovantes de pagamentos/holerites e anotado na CTPS nos termos do art. 457 da CLT, sendo que a distribuição prevista neste item não exime o pagamento do salário fixo pactuado e devido aos empregados.

b) 20% (vinte por cento) ficarão retidos pela empresa, que serão destinados à cobertura de parte dos encargos sociais e previdenciários incidentes sobre os valores devidos em folha de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUMENTO/DIMINUIÇÃO PERCENTUAL DE RETENÇÃO DE GORJETA - A empresa tributada pelo Lucro Presumido ou Real, vier a ser enquadrada no SIMPLES, deverá automaticamente diminuir o percentual de retenção que vinha sendo praticado, passando-o de 33% para 20%. Por outro lado, aquela que, enquadrada no SIMPLES passar a sofrer tributação pelo Lucro Presumido ou Real, poderá aumentar o percentual de retenção, de 20% para até 33%.

Parágrafo Primeiro: A partir da adoção da sistemática de cobrança de taxa de serviço, as gorjetas serão incluídas nos recibos de pagamentos, observadas as deduções e retenções acima previstas. As gorjetas

serão arrecadadas pelo empregador e pagas em holerite e juntamente com os salários. A empresa fica obrigada a destacar no demonstrativo de pagamento mensal as quantias pagas aos empregados a título de taxa de serviços, bem como os valores das bases de cálculos do FGTS e do INSS.

Parágrafo segundo: As gorjetas serão incorporadas na remuneração do empregado e não no salário. Nos termos do Enunciado 354, do TST, as gorjetas não serão computadas para fins de cálculos de horas extras, do aviso prévio indenizado, do adicional noturno, e do descanso semanal remunerado, bem como de qualquer outra verba calculada sobre o salário do empregado. As gorjetas integrarão a remuneração do empregado somente para fins de férias, 13º salário, FGTS e contribuição previdenciárias.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores recebidos pelos empregados a título de gorjetas (observadas as deduções e retenções acima previstas) serão pagos os décimos terceiros salários, inclusive indenizados, respeitada a média de valores dos últimos 12 (doze) meses. Sobre a gorjeta, os empregados terão direito àinda às férias acrescidas de um terço. As gorjetas servirão, ainda, de base de cálculo para os recolhimentos das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Sobre as gorjetas efetivamente recebidas pelos empregados, serão calculadas e pagas as contribuições previdenciárias. Na forma da legislação aplicável, os valores das gorjetas recebidos pelos empregados estarão sujeitos a retenção de Imposto de Renda pela Fonte pagadora, bem como do INSS (parte do empregado)

Parágrafo Quarto: As gorjetas serão rateadas entre os trabalhadores, respeitando-se os usos e costumes vigentes na empresa, sendo lícito, mas não obrigatório, que empregados que não mantenham contato direto com os clientes participem da divisão do montante arrecadado com a cobrança da taxa de serviço, ficando tal procedimento sempre a depender da assembleia específica de cada empresa.

Parágrafo Quinto: O rateio mensal será efetuado diretamente pela área de Recursos Humanos da empresa, a quem caberá o efetivo pagamento para cada empregado participante através de folha de pagamento mensal em rubrica específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO DE EMPREGADOS – GORJETAS - Nas empresas com mais de 60 empregados, será obrigatória a formação de comissão de empregados para fiscalização e acompanhamento do repasse e integração das gorjetas, cujos integrantes gozarão de estabilidade no emprego, vinculada ao desempenho das respectivas funções, nos termos do art. 457, § 10, da CLT. A comissão será eleita entre os empregados, e estará nominada no Termo de Implantação das Gorjetas Compulsórias ora em referência.

Parágrafo Único: Nas empresas com 60 ou menos empregados, a fiscalização e acompanhamento do repasse e integração das gorjetas será procedida pelos respectivos dirigentes sindicais profissionais e patronais, nos termos do art. 457 da CLT, sem prejuízo da formação opcional de comissão de empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO REPASSE E INTEGRAÇÃO DAS GORJETAS - A fiscalização e acompanhamento do repasse e integração das gorjetas serão procedidas pelos dirigentes sindicais profissionais e patronais, como determina o art. 457, § 10, da CLT. Referidos dirigentes, que compõem a comissão intersindical a que se refere o dispositivo celetista ora em referência, também aferirão o regular cumprimento das demais regras pactuadas nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO DEVIDA A ENTIDADE SINDICAL PATRONAL – GORJETAS - Fica aqui pactuado que as empresas deverão, por meio de recursos próprios, não podendo ser descontado do percentual das gorjetas do empregado, contribuir com o seu sindicato patronal, pagando mensalmente a entidade sindical econômica respectiva contribuição correspondente a 1% (um por cento) do valor do percentual das gorjetas (20% ou 33%) que for retido para a cobertura dos encargos trabalhistas e previdenciário. Tal contribuição patronal será dobrada, ou seja, será de 2% na hipótese da empresa não estar em dia, por qualquer motivo, com os pagamentos das contribuições sindicais de que tratam os artigos 578 e seguintes da CLT.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento pela empresa será feito até o dia 10 de cada mês, em conta indicada pelo respectivo sindicato patronal, sob pena de a primeira ter de pagar ao segundo o montante que tenha deixado de recolher, além de multa por descumprimento desta cláusula no importe de 20% do valor devido, acrescido de juros de 1% ao mês, sem prejuízo da correção monetária do valor devido, na forma da lei, observando o limite previsto no código civil.

Parágrafo Segundo: Desde já, convenciona-se que a referida contribuição será fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor do percentual retido das gorjetas (20% ou 33%) na hipótese da contribuição sindical de que trata os artigos 578 e seguintes da CLT vir a ser extinta ou ter modificada sua natureza tributária.

Parágrafo Terceiro: A empresa fica obrigada ao recolhimento da contribuição em causa sempre que contar com a assistência do seu sindicato patronal na assinatura do instrumento normativo com vistas a implantação das gorjetas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTIMATIVA DE GORJETA - Fica estipulado o pagamento dos valores a título de "estimativa de gorjeta", de acordo com a tabela que faz parte integrante desta, a todo empregado da categoria. Fica obrigatório também, a anotação na CTPS do empregado pelos empregadores.

Parágrafo Primeiro: As empresas que adotam a cobrança compulsória de gorjetas, incluindo-as nas notas de despesas de seus clientes (10% de taxa de serviço), anotarão na CTPS do empregado esta condição de acordo com o art. 457 da CLT.

Parágrafo segundo: A cobrança compulsória de referida taxa de serviço pela empresa, desde que nos moldes do art. 457 da CLT, isenta essa da aplicação da tabela de estimativa de gorjeta, para os trabalhadores beneficiados pela mesma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - REAJUSTE DA TABELA DE ESTIMATIVA DE GORJETA - A tabela de estimativa de gorjeta será reajustada em 5,10% (cinco vírgula dez por cento).

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - HORAS EXTRAS - As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO – Os trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, terão direito ào adicional noturno no percentual de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – A título de adicional por tempo de serviço os empregadores pagarão aos seus empregados, a importância equivalente a 2% (dois por cento) do respectivo salário percebido, por ano de serviço na empresa, que deverão ser pagos mês a mês, com destaque no comprovante de pagamento.

Parágrafo primeiro: Fica convencionado como teto máximo para o benefício previsto nesta cláusula, a importância de 8% (oito por cento) do respectivo salário.

Parágrafo segundo: Aos empregados que percebem adicional por tempo de serviço superior ao teto máximo de 8% (oito por cento) instituído no parágrafo anterior, fica garantido o adicional percebido em outubro/2000.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – TRANSPORTE - Os empregados que findam sua jornada de trabalho após a cessação do transporte regular público, serão transportados em condução gratuita fornecida pela empresa até a sua residência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - VALE ALIMENTAÇÃO - Os empregadores concederão a seus trabalhadores, mensalmente, até o dia 15 (quinze) de cada mês, independente da jornada trabalhada, ticket/cartão alimentação, exclusivo para aquisição de produtos alimentícios, no valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), dando preferência aos convênios firmados pelo sindicato patronal, sendo que tal valor não integra a remuneração do trabalhador e não configura salario "in natura", sendo certo também, que para ter esse direito o trabalhador deverá ter laborado no mínimo, 15 dias consecutivos.

Parágrafo primeiro: O empregado que faltar injustificadamente por 01 dia, no decorrer do mês, perderá o direito de receber o ticket/cartão referente ao período

Parágrafo Segundo: Fica assegurado a todos os trabalhadores, o recebimento do ticket/cartão no período de afastamento médico, por motivo de doença, limitado ao período de (01) um mês, bem como no período de férias, auxilio maternidade e auxilio paternidade.

Parágrafo terceiro: Em caso de acidente de trabalho o empregado receberá o benefício enquanto perdurar o afastamento previdenciário.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - TRANSFERÊNCIAS - As empresas com filiais em outras cidades e que precisam transferir trabalhadores de uma cidade para outra, ainda que previsto em contrato individual de trabalho, só poderão fazê-lo, desde que comunique o trabalhador, por escrito, obedecendo a um prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA - A dispensa por justa causa está condicionada à entrega de carta-aviso, com os motivos da dispensa, em um prazo máximo de 24 horas, contados do fato determinante da justa causa, sob pena de caracterização de dispensa imotivada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CARTA-AVISO - Nos casos de dispensa imotivada, os empregadores fornecerão aos empregados, carta de aviso de dispensa, onde deverá constar os seguintes requisitos: a)- se o aviso-prévio será trabalhado ou indenizado

b)- qual o dia e hora do ato homologatório, na sede ou sub sede do Sindicato.

c)- qual a modalidade de redução da jornada de trabalho no aviso-prévio, quando cumprido.

Parágrafo Único: A empresa dispensará o empregado do cumprimento do aviso-prévio, nos seguintes casos: a) Quando ele, no seu curso, obtiver novo emprego, desde que comprovado, por escrito tanto no pedido de demissão, quanto da dispensa pelo empregador. b) A gestante, quando do retorno da licença maternidade, tanto nos casos de pedido de demissão, quanto na dispensa pelo empregador, também durante o prazo do aviso prévio ficam vedadas as alterações contratuais ou transferências de local de prestação de

serviços, sob pena de rescisão imediata e indenização correspondente a um mês de salário, além das verbas rescisórias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÕES, APRESENTAÇÃO DE GUIAS DE EMPREGADOS E EMPREGADORES - Apesar das alterações da lei 13.467/2017, os empregadores ficam obrigados a procederem a homologação e quitação das verbas rescisórias junto a entidade sindical profissional, dentro do prazo previsto em lei, sob pena de ineficácia da mesma, e multa convencional.

Parágrafo único: No ato homologatório da rescisão contratual, a empresa deverá apresentar os 03 (três) últimos holerites do trabalhador, as guias de recolhimentos das contribuições, patronais e profissionais, devidamente quitadas, previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho; de todos os seus empregados referente ao período dos últimos (12) doze meses, e ainda o CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, para aquelas empresas que se enquadraram no regime salarial de REPIS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE GESTANTE - Fica garantida às gestantes a mesma estabilidade editada pela Constituição Federal, ou seja, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE DE AFASTAMENTO PELO INSS - Fica garantida a estabilidade de 30 (trinta) dias ao trabalhador afastado por auxilio doença pelo INSS a contar da data da alta médica e o efetivo retorno ao trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR – Serão concedidos aos empregados alistados para prestação de serviço militar obrigatório, estabilidade provisória de emprego, desde a incorporação até 30 (trinta) dias após o desligamento das fileiras da corporação a que vier servir, sob pena de indenização do período respectivo, salvo nas hipóteses de rescisão por justa causa ou pedido de demissão.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA EM VIAS DE APOSENTADORIA - Não poderá ser dispensado o empregado que estiver em seu último ano de serviço para efeitos de aposentadoria, seja total ou proporcional, sob pena de indenização do prejuízo causado, exceto nos casos de justa causa. Será necessário que o empregado tenha permanecido a serviço da empresa por um período mínimo de 03(três) anos para gozar de tal direito. Essa garantia cessará na data limite para concessão da aposentadoria fixada pela Previdência Social.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTOS DE CHEQUES - Fica assegurado que não será descontado dos salários dos empregados o valor correspondente aos cheques por eles recebidos e

devolvidos pelo estabelecimento bancário, desde que seja anotado o número do documento de identidade, e o telefone do emitente; com o visto do proprietário ou por pessoa por ele designada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DIA DA CATEGORIA - A empresa independentemente de sua natureza, pagará aos seus funcionários, na remuneração do mês de agosto de cada ano, quando se comemora o dia da categoria (11 de agosto), o acréscimo de 1/30 (um trinta avos) da remuneração total do empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA A DIRIGENTES SINDICAIS - Fica garantido a todos os membros da diretoria a garantia de emprego, obedecendo aos prazos estabelecidos pela CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS - Os trabalhadores que num prazo de 60 (sessenta) dias, laborarem um total de 30 (trinta) horas extraordinárias, poderão tê-las compensadas em folgas, sendo certo que deverá ser observado um total diário de 08 (oito) horas para que se proceda tal compensação, ou seja, o descanso nunca poderá ser inferior a oito horas diárias.

Parágrafo Primeiro: Essa compensação deverá ocorrer sempre se observando um prazo máximo de até 30 (trinta) dias posteriores ao bimestre da aquisição, sendo certo que se as horas extras não forem compensadas nesse prazo, não as poderão ser feitas depois, passando assim a serem remuneradas com o adicional convencional.

Parágrafo Segundo: Para cada hora extra trabalhada o trabalhador terá o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), conforme preceitua a cláusula vigésima sétima da Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: As horas extraordinárias que ultrapassarem as 30 (trinta) horas previstas nesta cláusula, serão enriquecidas com o adicional previsto na cláusula vigésima sétima desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quarto: Para que possa ocorrer a compensação ora prevista, as empresas deverão adotar uma ficha especial para o controle do banco de horas, a qual o trabalhador terá livre acesso.

Parágrafo Quinto: Tal acordo deverá ser devidamente comunicado aos sindicatos, patronal e de empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da celebração do acordo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FOLGA COMPENSATÓRIA - Dado o ramo de atividade da categoria representada, o empregado poderá trabalhar durante os feriados, e receberá, em contrapartida, folgas compensatórias pelo trabalho realizado nestes dias, em data a ser definida pela EMPRESA, como permite o art. 611-A, XI, da CLT.

§ 1º - A folga compensatória pelo feriado trabalhado será concedida sem prejuízo da folga semanal habitual.

§ 2º - O dia da folga compensatória do feriado trabalhado será definido pela EMPRESA, sendo certo que o empregado será avisado previamente por meio da escala. O dia da folga compensatória será concedido em até 30 dias após o feriado trabalhado.

§ 3º - A não concessão da folga compensatória do feriado trabalhado de que trata a presente cláusula implicará em seu pagamento em dobro, fazendo assim com que tal folga suprimida seja paga em valor equivalente a 2 (dois) dias de salário do empregado, sem prejuízo do salário normal do empregado no mês de referência. Tal pagamento terá caráter eminentemente indenizatório e será veiculado no holerite do empregado sob a rubrica "HORA EXTRA 100%".

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - INTERVALO PARA GARÇOM E GARÇONETE - Conforme permissão legal, determinado em Convenção Coletiva, fica estabelecido que o intervalo para descanso e refeições do garçom/garçonete, com jornada superior a 6 horas (seis horas), poderá ser de uma, até quatro horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO INTRAJORNADA - Em qualquer trabalho contínuo, cuja jornada de trabalho exceda de (06) seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, qual será, no mínimo de (01) uma hora.

Parágrafo Primeiro: Não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de (15) quinze minutos, quando a duração ultrapassar quatro horas.

Parágrafo Segundo: As empresas optantes e certificadas pelo REPIS, mediante Certidão expedida pelos sindicatos convenentes, para determinado objetivo, poderão aplicar, mediante a concordância do empregado, e em acordo coletivo de trabalho celebrado com o sindicato profissional a redução no horário de alimentação e descanso para (30) trinta minutos, desde que tal redução implique no termino da jornada de trabalho antecipada em igual tempo, sendo vedada neste dia a prorrogação em jornada extraordinária.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO 12X36 - Para as empresas enquadradas no REPIS, fica autorizada a implantação por ADESÃO da jornada especial 12x36, mediante acordo de trabalho celebrado com o sindicato profissional.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE - Fica estabelecido a concessão de abono de falta ao empregado estudante para prestação de exames escolares, condicionandose à prévia comunicação por escrito, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e comprovação posterior ao exame no primeiro dia de trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS - Os empregados poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração nos prazos e condições seguintes: 05 (cinco) dias por motivo de casamento;

03 (três) dias por motivo de falecimento do cônjuge, pai, mãe, Avô(a), sogro (a), irmãos, filhos, ou dependentes, desde que sejam reconhecidos pela previdência social;

07 (sete) dias por motivo de nascimento do filho(a) ou adoção; bem como internação hospitalar, comprovada, do filho(a) menor de 14 (quatorze) anos, desde que devidamente comprovado e dentro de um período de 12 (doze) meses;

01 (um) dia por motivo de internação hospitalar, comprovada, do cônjuge.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - SISTEMA DE REVEZAMENTO - As empresas que funcionarem continuamente concedendo folgas aos empregados, mediante sistema de revezamento, deverão adotar escalas, divulgadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA- FÉRIAS - A concessão das férias aos empregados, desde que não coletivas, não poderá ter início em dias de sábado, domingo, feriado ou dias já compensados.

Parágrafo Primeiro: O pagamento das férias deverá ser feito com antecedência de 03 (três) dias, inclusive o respectivo a 1/3 previsto na Constituição Federal, sob pena do empregador incorrer na multa de 50% (cinquenta por cento) dos aludidos vencimentos.

Parágrafo Segundo: Deverá ser notificado o empregado, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO - Os empregadores deverão fornecer aos empregados todos os equipamentos de proteção das respectivas funções gratuitamente, conforme legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES - Os empregadores que exigirem dos empregados o uso de uniformes e outras peças especiais de vestuário deverão fornecê-los gratuitamente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS - Na hipótese de o empregado ter convênio médico ou odontológico particular e/ou do sindicato representativo da categoria, as empresas obrigar-se-ão a aceitar os atestados médicos emitidos por ditos profissionais.

Parágrafo Primeiro: O prazo para entrega dos atestados médicos é de 7 (sete) dias, contados a partir do primeiro dia de afastamento.

Parágrafo Segundo: Os atestados recebidos por telemedicina, deverão ser compartilhados com as empresas na forma e data, com link ou SMS recebidos e código de validação, para que a empresa receba o original.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA, TELEMEDICINA POR VÍDEO CHAMADA, PLANO ODONTOLÓGICO, ASSISTÊNCIA DE CESSÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR e FORMULÁRIOS PRELIMINARES NR-1. As empresas, independentemente do número de empregados, contratarão e manterão CESTA DE BENEFÍCIOS: SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS, TELEMEDICINA POR VÍDEO CHAMADA, PLANO ODONTOLÓGICO, ASSISTÊNCIA DE CESSÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR e FORMULÁRIOS PRELIMINARES NR-1 em favor de seus empregados com as garantias, assistências e procedimentos mínimos de cada benefício que constam na presente cláusula. Sendo que as entidades sindicais signatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho, indicam aos que se interessarem, a Corretora HOMOLOGADA dos Sindicatos anuentes, a empresa Contrato Corretora de Seguros (contato) atendimento@contratoseguros.com.br (11) 3664.3996, 0800 772 3996 – WhatsApp (11) 93237.1093, por esta comercializar o Plano Odontológico, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Telemedicina por Vídeo Chamada, Cessão de Mobiliário Hospitalar e Formulários Preliminares NR-1 que atendem na íntegra a presente cláusula, itens I, II, III, IV e V.atendimento@contratoseguros.com.br

Parágrafo Primeiro: As empresas terão até 30 dias, a partir da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho para adaptar-se as novas condições do SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS, TELEMEDICINA POR VÍDEO CHAMADA, e PLANO ODONTOLÓGICO, CESSÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR e FORMULÁRIOS PRELIMINARES NR-1 que terá vigência obrigatória a partir de 1º de agosto de 2026.

Parágrafo Segundo: Para a efetividade do Benefício, e por se tratar de condições benéficas negociadas pelos Sindicatos convenentes, as empresas contribuirão com o valor mensal de R$ 36,00 (trinta e seis reais) por empregado, única e diretamente à(s) empresa(s) operadora(s) homologada(s), conveniada(s) e autorizada(s) pelos Sindicatos convenentes, a fornecerem a totalidade das coberturas e assistências

previstas nesta cláusula (itens I, II , III, IV e V), durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: Farão jus aos benefícios dessa cláusula todos os funcionários constantes na GFIP, incluindo os funcionários que exercem a função de entregadores, ficando vedado qualquer desconto no salário do trabalhador titular;

Parágrafo Quarto: Como se trata de benefício individual ao trabalhador abrangido pela presente Norma Coletiva de Trabalho, eventual contratação do plano odontológico para os dependentes do trabalhador, será efetuada sob a responsabilidade deste, mediante autorização de desconto em folha de pagamento perante o empregador, podendo o trabalhador incluir os seus dependentes ao seu plano, pelo valor adicional de R$ 15,70 (quinze reais e setenta centavos) por cada dependente;

Parágrafo Quinto: Não haverá limite de idade de ingresso do empregado.

Parágrafo Sexto: Os trabalhadores já afastados não poderão ingressar na apólice de seguro de vida na sua implantação, salvo os trabalhadores que já fazem parte de alguma apólice de seguro empresarial vigente. Os já afastados quando retornarem ao trabalho, deverão ser incluídos no seguro. Exceções: Trabalhadores afastados por licença maternidade e serviço militar. Se o trabalhador for afastado e já fizer parte da apólice de seguro, a empresa deverá continuar a recolher o valor do seguro;

Parágrafo Sétimo: Para cada empregado coberto pelo seguro de vida e acidentes pessoais e, assistências e plano odontológico previsto nesta cláusula, deverá ser disponibilizado o respectivo Certificado Individual e/ou relação atualizada de vidas seguradas, nos termos da legislação em vigor, pela empresa seguradora contratada;

Parágrafo Oitavo: Em CASO DE SINISTRO e/ou NECESSIDADE DE ACIONAMENTO e/ou UTILIZAÇÃO presentes nos itens I, II, III, IV e V e a EMPRESA EMPREGADORA NÃO TENDO CONTRATADO E MANTIDO, exatamente com as mesmas coberturas, assistências, itens, especialidades, procedimentos e serviços previstos pela presente Cláusula, a EMPRESA INFRATORA ARCARÁ COM A INDENIZAÇÃO EM DOBRO das coberturas do SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS e/ou com o VALOR DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO PLANO ODONTOLÓGICO e/ou COM O VALOR DE CONSULTAS MÉDICAS previstas na TELEMEDICINA POR VÍDEO CHAMADA, em favor da parte prejudicada, sem prejuízo de indenizações fixadas em sentenças judiciais. Tal seguro deve observar as normas regulamentadoras da Superintendência dos Seguros Privados – SUSEP e da ANS – Agência Nacional da Saúde no caso do plano odontológico: **I. PLANO ODONTOLÓGICO.**

Fica garantido o PLANO ODONTOLÓGICO a título de benefício a todos os empregados, sem custo ao trabalhador, durante a vigência deste instrumento.

O PLANO ODONTOLÓGICO deverá obrigatoriamente ser registrado e aprovado na ANS (Agencia Nacional de Saúde) e exatamente com as mesmas coberturas previstas na presenta cláusula (exigido o ROL mínimo da ANS), ou superior, cabendo ao SINDICATO LABORAL a fiscalização de seu cumprimento – para tanto, o Empregador deve apresentar a apólice/resumo da fatura do plano odontológico com todas as coberturas exigidas nesta CCT (coberturas ROL mínimo da ANS), e/ou comprovante de pagamento em cada rescisão contratual ou sempre que solicitado pelas entidades sindicais signatárias.

RESUMO DOS PROCEDIMENTOS - ROL MÍNIMO DA ANS (Agência Nacional da Saúde).

- Consultas (inicial, urgência e emergência);
- Prevenção e orientação de higiene bucal;
- Radiologia (raio x);
- Dentística (restaurações, todos os materiais);
- Cirurgia oral menor (realizadas em consultório – ex.: extração do siso);
- Endodontia (tratamento de canal);
- Periodontia (tratamento e cirurgia de gengiva);
- Odontopediatria (tratamento de crianças até 12 anos);
- Próteses (conforme Rol Odontológico da ANS e suas diretrizes de utilização. Exemplos: coroa provisória, núcleo, coroa metálica para pré-molares e molares, coroa em cerômero para incisivos e caninos – todas unitárias)

BENEFÍCIO ADICIONAL DE ORTODONTIA: Instalação de aparelho ortodôntico sem custo para o segurado, desde que o tratamento ortodôntico seja realizado na rede referenciada da OPERADORA. O segurado arcará com os custos da Documentação Ortodôntica e Manutenção mensal ortodôntica

II- SEGURO DE VIDA, ACIDENTES PESSOAIS:

a) Coberturas relativas ao empregado titular:

- R$ 15.380,00 – (quinze mil trezentos e oitenta reais) em caso de Morte do empregado;

- Até R$ 15.380,00 – (quinze mil trezentos e oitenta reais) em caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente do empregado;
- Até R$2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais) como Auxílio Funeral a título de reembolso das despesas com o sepultamento;
- R$ 1.367,00 – (mil e trezentos e sessenta e sete reais) referente a 06 (seis) Cestas Básicas em caso de morte do empregado;
- R$ 230,00 – (duzentos e trinta reais) referente a 01 (uma) Cesta Básica em caso de afastamento do empregado por motivo de acidente e por mais de 15 dias de afastamento;

b) Relativas à família do empregado titular:

- R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) Parto Pré-Maturo: prematuros, recém-nascido vivo, com menos de 37 semanas completas de gestação. Caracterizado o evento o capital segurado será pago em uma única parcela, em favor do próprio segurado. Em caso de gestação múltipla, a indenização será dividida pelo número de filhos nascidos;
- R$ 3.845,00 (três mil oitocentos e quarenta e cinco reais) em caso de Morte do cônjuge;
- R$ 2.704,00 (dois mil setecentos e quatro reais) em caso de Morte do (s) filho (s) maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos de idade. Tratando-se de menos de 14 (quatorze) anos, a indenização destinar-se-á ao reembolso das despesas efetivas com funeral;
- R$ 1.460,00 (mil quatrocentos e sessenta reais) em caso de Doença Congênita dos Filhos: Ocorrendo o nascimento de filho do empregado segurado com caracterização (no período de até 6 meses após o parto) de Invalidez Permanente por Doença Congênita;

- Cesta Natalidade: Cesta Natalidade: Em caso de nascimento do filho (a) da (o) funcionária(o), a mesma (o) receberá um kit Bebê e um Kit Mamãe, com itens específicos para atender as primeiras necessidades do bebê e da mamãe, desde que o comunicado seja realizado pela empresa em até 60 (sessenta) dias após o nascimento, composta pelos seguintes itens:

KIT BEBÊ					
Qte.	**Descrição do Produto**	**Embalagem**	**Qte.**	**Descrição do Produto**	**Embalagem**
1	Álcool	500 ml	1	Fralda descartavél dia e noite	Pct 10
1	Algodão Hidrófilo	25 g	3	Sabonete	80 g
1	Cotonetes hastes flexiveis	c/75	1	Shampoo S/SAL	350 ml
1	Pomada para assadura	30 grs.	1	Talco	200g
1	Gaze	7,5 X 7,5	1	Mamadeira	Unidade
1	Termometro Clinico	c/1	1	Bolsa térmica infantile	Unidade
1	Esparadrapo	4,5 m	1	Chupeta de silicone	Unidade
1	Lenços umedecidos	c/70			

KIT MAMÃE					
Produto	**Embalagem**	**Qte.**	**Produto**	**Embalagem**	**Qte.**
Açúcar refinado	1Kg	5	Polpa de tomate	520 grs.	1
Arroz – tipo 1	5Kg	2	Sal refinado	1Kg	1
Biscoito água e sal	400 grs.	1	Sardinha em óleo comestivel	125 grs.	2
Biscoito recheado	140 grs.	1	Tempero completo	270 grs.	1
Café em pó	500 grs.	1	Aveia em flocos	250 grs.	1
Farinha de trigo especial	1Kg	1	Canjica branca ou farinha flocada	1Kg	1
Farinha de mandioca	1Kg	1	Leite condensado	295 grs	2
Feijão carioca – tipo 1	1kg	3	Leite em pó	400 grs.	1
Massa com ovos espaguete	500 grs.	3	Cereal infantil de arroz/lata	400 grs.	1
Óleo de soja	900 ml	2	Semente de linhaça	500 grs.	1
Pó para pudim	85 grs.	2	Caixa de papelão média	unidade	1
Óleo mineral	200 ml	1	Fubá	500 grs.	4
Azeite de Oliva	200 ml	1	Biscoito de Maizena	200 grs	1
Farinha de Milho	1Kg	1	Suco concentrado	1lt	1

c)Relativas à empresa empregadora

Reembolso à empresa por Rescisão Trabalhista Empregado Titular: Ocorrendo a Morte do empregado segurado, a empresa empregadora receberá uma indenização de até 15% (quinze por cento) da garantia de Morte do empregado titular, a título do reembolso das despesas efetivas, valor esse que não será descontado da indenização devida aos herdeiros do trabalhador falecido.

III. TELEMEDICINA, CONSULTAS POR VÍDEO CHAMADA, SEM LIMITES DE QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS.

Os benefícios da Telemedicina por Vídeo Chamada consistem em consultas médicas realizadas por vídeo chamada, oferecidas à categoria pelas empresas operadoras homologadas e conveniadas pelas entidades

sindicais. Trata-se de um serviço destinado a casos de baixa complexidade, que não representem risco imediato à vida do paciente, e que deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens/especialidades:

a. Assistência Médica 24 horas, 7 dias por semana, através de TELEMEDICINA POR VÍDEO CHAMADA para CLÍNICO GERAL;

b. Assistência Médica por agendamento, através de TELEMEDICINA POR VÍDEO CHAMADA para Psiquiatria, Psicologia, Ginecologia, Cardiologia, Nutrição, Nutrologa, Endocrinologia, Gastroenterologia, Coloproctologia, Otorrinolaringologia, Medicina da Família, Geriatria, Oftalmologia, Ortopedia, Obstetrícia, Hematologia, Mastologia, Metabologia, Pediatria, Fisioterapia.

c. Gratuidade para até 2 (dois) dependentes: fica garantida a inclusão de até 2 (dois) dependentes do empregado titular na Telemedicina por Vídeo Chamada:

IV. AUXÍLIO, LOCAÇÃO E CESSÃO DE MOBILIÁRIOS HOSPITALARES.

Fica garantido a todos os empregados o auxílio, locação e cessão de mobiliários hospitalares (macas, camas hospitalares, cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas, andadores), totalmente gratuitos, respeitados as seguintes regras:

- Na solicitação, deverá ser comprovada a necessidade do mobiliário hospitalar, com documento de atendimento e encaminhamento médico, das dificuldades motoras para o uso do mobiliário;
- Termo de responsabilidade de retirada e entrega do mobiliário hospitalar;
- Quando de eventos cirúrgicos, terá garantia de 60 (sessenta) dias, gratuitamente;
- Quando de eventos não cirúrgicos, terá garantia de 30 (trinta) dias, gratuitamente.

V. FORMULÁRIOS PRELIMINARES NR-1 (Combinação de Severidade X Probabilidade).

Em cumprimento ao disposto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que assegura o direito fundamental à prevenção de riscos no meio ambiente de trabalho e riscos psicossociais, fica estabelecida a OBRIGATORIEDADE da contratação de profissional legalmente habilitado para proceder à análise e à emissão de laudo técnico assinado, referente aos Formulários Preliminares – Combinação de Severidade x Probabilidade, preenchidos em meio eletrônico, sistema informatizado ou formulário físico.

Os referidos formulários deverão contemplar a identificação dos riscos no meio ambiente de trabalho e dos riscos psicossociais, considerando o fator de risco de cada setor e a avaliação individualizada de cada trabalhador, para fins de complementação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR de cada empresa.

Após a identificação dos riscos psicossociais, caberá a cada empresa promover o monitoramento contínuo, bem como implementar intervenções e melhorias necessárias frente aos fatores de risco apontados. O laudo de diagnóstico de riscos no meio ambiente de trabalho e riscos psicossociais, emitido e assinado por profissional habilitado com base nos Formulários Preliminares fornecidos, possui caráter complementar, permanecendo a empresa responsável pelo seu encaminhamento ao setor competente para o integral cumprimento da NR-1, bem como para atendimento das obrigações de Saúde e Segurança do Trabalho – SST, incluindo o envio das informações ao eSocial.

Parágrafo Nono: Em caso de a instituição empregadora optar por contratar empresa não homologada pelos Sindicatos convenentes, deverão ser observadas, na íntegra, coberturas, garantias, assistências e procedimentos que não sejam inferiores nem oferecidos em menor quantidade do que os elencados na presente cláusula (itens I, II, III, IV e V), sob pena de aplicação das penalidades previstas no parágrafo 8º.

Parágrafo décimo: A falta de implementação do presente benefício pelos empregadores, acarretará a imediata exclusão do Programa de REPIS e aplicação da Multa prevista nos itens abaixo. As penalidades pela falta de implementação do benefício previsto nesta cláusula, sem prejuízo das demais multas previstas nesta Convenção, são as seguintes:

I. Para as empresas enquadradas no REPIS: Multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor mensal do benefício, por empregado e por mês, durante o período em que perdurar a ausência de contratação do benefício para todos os trabalhadores ou a contratação parcial do mesmo;

II. Para as empresas não enquadradas no REPIS: Multa equivalente a 20 (vinte) vezes o valor mensal do benefício, por empregado e por mês, durante o período em que perdurar a ausência de contratação do benefício para todos os trabalhadores ou a contratação parcial do mesmo.

Parágrafo décimo primeiro: - As multas previstas no parágrafo anterior deverão ser reclamadas, no ato da constatação, podendo ocorrer na homologação da rescisão do contrato de trabalho ou por meio de ação de cumprimento a ser promovida por qualquer dos sindicatos convenentes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS - As empresas permitirão ao Sindicato dos Trabalhadores que mantenha quadro de avisos em local visível e de fácil acesso aos empregados, para divulgação de comunicações, avisos, cópias de Convenções Coletivas ou Acordos Coletivos. O local será determinado pela empresa, respeitando-se suas normas internas, ficando vedada a afixação de material político-partidário e material ofensivo a quem quer que seja ou que viole a Lei vigente. O material deverá ser encaminhado às empresas mediante protocolo, para sua afixação pelo prazo que for solicitado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DESCONTO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDICATO DOS EMPREGADOS: Nos termos do art. 8º, inciso IV da Constituição Federal, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que os empregadores descontarão em folha de pagamento dos integrantes da categoria profissional, as contribuições devidas ao Sindicato representativo e tais descontos deverão ser repassados ao Sindicato profissional até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto.

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de agosto de 2026

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de setembro de 2026

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de outubro de 2026

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de novembro de 2026

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de dezembro de 2026

2% (dois por cento) incidentes sobre o pagamento do 13º salário

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de janeiro de 2027

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de fevereiro de 2027

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de março de 2027

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de abril de 2027

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de maio de 2027

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de junho de 2027

2% (dois por cento) incidentes sobre o salário de julho de 2027

Parágrafo Primeiro: Os descontos deverão ser efetuados de todos os integrantes da categoria, sócios e não sócios, sendo que tais contribuições serão recolhidas mediante guias próprias fornecidas gratuitamente pelo Sindicato Profissional.

Parágrafo Segundo: O valor da referida contribuição não poderá ultrapassar o teto máximo de R$ 50,00 (cinquenta reais) por empregado.

Parágrafo Terceiro: As empresas deverão fornecer as relações nominais discriminando a função, número e série da CTPS, data de admissão, salário e contribuições, de todos os seus funcionários, até o 10º (décimo) dia do mês do efetivo recolhimento.

Parágrafo Quarto: Fica garantido ao empregado, opor-se aos termos desta cláusula, renunciando aos benefícios estabelecidos na presente convenção coletiva de trabalho, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente. O direito de oposição só será exercido diretamente e pessoalmente na Sede ou Subsede, do Sindicato mediante manifestação de carta manuscrita e assinada na secretaria da entidade.

Parágrafo Quinto: Ao fazer a carta de oposição, o empregado estará renunciando expressamente a todos os serviços prestados pelo sindicato, tais como: Dentistas, Colônia de Férias, Clube de Campo, Materiais escolares e convênios de descontos firmados com lojas, academias, autoescola, Clínica médica, faculdades, escolas de idiomas, e outros.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MULTA POR ATRASO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDICATO DOS EMPREGADOS - A falta de recolhimento das contribuições previstas acarretará para a empresa, multa de 5% (cinco por cento) do piso salarial, por empregado, até cinco dias após o vencimento. A partir desta data, até o 15º dia de atraso a multa será de 10% (dez por cento) do piso salarial. Caso a inadimplência adentre o 16º dia, a multa será no importe de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da época do recolhimento, por empregado, e que será revertida em benefício do sindicato profissional.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DESCONTOS DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDICATO PATRONAL - Nos termos do art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, do artigo 513, letra "e" da CLT e da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da categoria econômica, que aprovou, a CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA (CONTRIBUIÇÃO PATRONAL) todas as empresas integrantes da categoria econômica associadas ou não pagarão nos meses de OUTUBRO/2026, DEZEMBRO/2026, MARÇO/2027 E JUNHO/2027, a respectiva contribuição, de acordo com a seguinte tabela:

TIPO DE EMPRESA	VALOR A RECOLHER
MICROEMPRESAS	R$ 1.060,00
DEMAIS EMPRESAS	R$ 1.860,00

Parágrafo Primeiro: O recolhimento da contribuição é obrigatório a todos os integrantes da categoria e independentemente do tipo de empresa, associados ou não, respeitando o direito de oposição, na forma da lei sendo que o recolhimento se dará em 04 parcelas, vencendo-se a primeira em 02/10/2026 a segunda em 20/12/2026, a terceira em 20/03/2027, a quarta em 20/06/2027. O valor de cada parcela será de R$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais) para micro e pequenas empresas, e de R$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) para as demais empresas.

Parágrafo segundo: Após a data de vencimento acima citadas, incidirá multa de 10% (dez por cento) com juros de R$ 0,05 (cinco centavos) ao dia, para micro e pequenas empresas e com juros de R$ 0,10 (dez centavos) ao dia para as demais empresas, valores esses para cada parcela.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO DE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO - Fica convencionado que os empregadores farão os descontos em folha de pagamento, dos seus empregados que se submeterem a tratamento dentário oferecido pelo Sindicato profissional, desde que haja autorização por escrito dos trabalhadores para que se proceda aos referidos descontos em seus salários, sendo que essa importância será repassada ao Sindicato dos Empregados, através de documento próprio.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CATEGORIAS ABRANGENTES E RESPECTIVOS EMPREGADOS – A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todos os integrantes da categoria profissional que são os seguintes: Apart-hotéis, Alimentação preparada, Bares, Bares Dançantes, Boates, Bombonieres, Botequins, Buffet, Cabarés, Caldos de Cana, Cantinas, Casa de Cômodos, Churrascarias, Casas de Espetinhos, Choperias, Cafeteiras, Casas de Chá, Casas de Suco, Cachaçarias, Casa de Frios, Docerias, Dormitórios, Drive-ins, Flats, Fast-food, Hotéis, Hospedarias, Lanchonetes, Leiterias, Lanchonetes de Padarias, Lanches, Motéis, Pastelarias, Pizzarias, Pousadas, Pensões, Restaurantes, Rotisserries, Salsicharias, Sorveterias (parte comercial), Taxi-girls, Trailers, e Empresas que vendem bebidas no varejo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - Em cumprimento ao disposto no artigo 625-A da CLT, de acordo com a Lei 9.958/2000, as partes signatárias acordam que deverá ser criada oportunamente uma Comissão de Conciliação Prévia, estritamente de caráter sindical, renunciando qualquer outra por mais privilegiada que seja, desde que haja acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA– MULTA - Fica estabelecida multa de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial, por qualquer das cláusulas descumpridas da presente Convenção Coletiva de Trabalho, por empregado atingido, a qual será revertida em benefício da parte prejudicada, excluídas as cláusulas que tenham multas preestabelecidas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO E REVOGAÇÃO - Processos de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficarão subordinados às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

Parágrafo Único: Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir divergências surgidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA – VIGÊNCIA – A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de 12 (doze) meses, com início em 01/08/2026 e término em 31/07/2027.

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Hotéis, Motéis, Lanchonetes, Apart-Hotéis e Fast-Food de Piracicaba e Região

Base Territorial: Águas de São Pedro, Americana, Charqueada, Cosmópolis, Divinolândia, Ipeúna, Itobi, Leme, Piracicaba, Porto Ferreira, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara D´Oeste, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São José do Rio Pardo, São Pedro, São Sebastião da Grama, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul

Sede Piracicaba/SP – Rua: XV de Novembro, 642 – centro – Cep: 13.400-370 – Fax/Fones: (19) 3434-2784/3434-0153/3447-3434

Site: www.sintchospir.com.br

Piracicaba, 25 de setembro de 2026.

FRANCISCO DE ASSIS DANTAS
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES DE PIRACICABA E REGIÃO

VALDIR APARECIDO CATALDI
OAB/SP nº 93799

ARNALDO BENEDICTO AZZALI JUNIOR
SINDICATO DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE PIRACICABA E REGIÃO

ILDA HELENA DUARTE RODRIGUES
OAB/SP nº 70.148

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Hotéis, Motéis, Lanchonetes, Apart-Hotéis e Fast-Food de Piracicaba e Região

Base Territorial: Águas de São Pedro, Americana, Charqueada, Cosmópolis, Divinolândia, Ipeúna, Itobí, Leme, Piracicaba, Porto Ferreira, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara D´Oeste, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São José do Rio Pardo, São Pedro, São Sebastião da Grama, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul

Sede Piracicaba/SP – Rua: XV de Novembro, 642 – centro – Cep: 13.400-370 – Fax/Fones: (19) 3434-2784/3434-0153/3447-3434

Site: www.sintchospir.com.br

TABELA DE ESTIMATIVA DE GORJETA 2026/2027 Categorias Profissionais	R$
HOTÉIS	
Maitre D'Hotel / Recepcionista / Telefonista / Porteiro	137,96
Governanta / Nutricionista	130,27
Garçon / Garçonete / Cozinheiro(a) / Barman / Sushiman	123,43
Comin / Guarda Noturno / Mensageiro/Monitor de Crianças	93,92
Lavadeira / Passadeira / Arrumadeira / Copa/ Estoquista/Camareira	85,13
Ajudante / Caixa / Jardineiro/Administração/Manutenção/Outros	64,13
MOTÉIS	
Maitre D'Hotel	95,44
Recepcionista / Telefonista / Governanta	95,44
Garçon / Garçonete / Cozinheiro(a) / Barman / Porteiro	78,31
Copa/Ajudante/Caixa/Administração/Jardineiro/Manutenção/Outros	64,13
Comim / Arrumadeira /Lavadeira/Passadeira/ Mensageiro/Estoquista	54,17
PENSÕES	
Garçon / Garçonete / Cozinheiro(a) / Porteiro	77,56
Comin / Arrumadeira /Lavadeira/ Passadeira/ Mensageiro	57,40
Copa / Caixa / Pessoal da administração / Ajudante/Outros	43,50
ROTISSERIES	
Cozinheiro(a) / Confeiteiro(a)	73,16
Caixa / Pessoal da administração / Ajudante / Entregador/Outros	43,50
RESTAURANTES / CHURRASCARIAS E PIZZARIAS	
Maitre / Nutricionista	95,44
Barman / Churrasqueiro / Cozinheiro/ Pizzaiolo/Sushiman/ Chapeiro	88,62
Garçon (nete) / Passador de Carne	88,62
Comin /Monitor de Crianças	64,36
Copa / Balconista / Ajudante / Entregador	43,50
Caixa / Pessoal da administração/ Jardineiro/Manutenção/Outros	45,22
BAR / LANCHONETE / TRAILLERS E OUTROS	
Garçon / Garçonete / Chapeiro(a) / Pizzaiolo / Cozinheiro(a)	88,57
Copa / Balconista / Atendente / Ajudante / Entregador/Manutenção	38,18
Caixa / Pessoal da administração/ Monitor de Crianças/Outros	38,18